

ARTIGO

NARRANDO EXPERIÊNCIAS NO TEMPO PRESENTE: A IMIGRAÇÃO DE AFRICANOS PARA O BRASIL

GISELLE PEREIRA NICOLAU

Pós-doutoranda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP). Doutora em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS). Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3107-4198>

RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

Doutor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2940-3941>

RESUMO: A pesquisa tem por objetivo analisar os deslocamentos humanos no tempo presente, com destaque para os fluxos migratórios de pessoas oriundas de países africanos para o Brasil. Reflete sobre as razões que motivaram a partida de seus respectivos países, contribuindo para uma noção acerca dos dilemas enfrentados no continente africano. As narrativas produzidas por um moçambicano, por uma camaronesa e por uma congolesa se entrecruzam, ao tratarem de temas comuns, como: a luta pela independência, sobrevivências e guerras civis, mas também para as redes de apoio que contribuem para o enraizamento desses indivíduos no Estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVES: Imigração, Tempo Presente, Rio De Janeiro

NARRATING PRESENT TIME EXPERIENCES: AFRICAN IMMIGRATION TO BRAZIL

ABSTRACT: The research aims to analyze human movements in the present time, with a focus on the migratory flows of people from African countries to Brazil. It reflects on the reasons that motivated their departure from their respective countries, contributing to an understanding of the dilemmas faced on the African continent. The narratives produced by a Mozambican, a Cameroonian, and a Congolese intertwine, addressing common themes such as the struggle for independence, survival, and civil wars, but also the support networks that contribute to the rooting of these individuals in the State of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Immigration, Present Time, Rio De Janeiro

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v81p114-138>

Recebido em: 04/08/2024

Aprovado em: 20/11/2024



O tema dos deslocamentos humanos tem se destacado neste primeiro quartel do século XXI devido aos impactos da globalização e dos meios de comunicação de massa, que favorecem a divulgação e a visibilidade desse processo no tempo presente. Embora essa problemática tenha atravessado no tempo e no espaço os séculos anteriores, na contemporaneidade, esse movimento tem se revestido de inúmeras preocupações, conforme vem sendo abordado pelas tecnologias da informação. As notícias aludem para os impactos desse fenômeno, apontando para uma noção de crise migratória sem precedentes, motivada por questões relacionadas ao racismo, à xenofobia e ao terrorismo, além dos problemas que envolvem o reconhecimento da cidadania, o acolhimento aos imigrantes e os direitos humanos.

O relatório Tendências Globais (Global Trends), produzido pela Agência da ONU para refugiados (ACNUR), apresenta os dados acerca do número de pessoas que buscaram refúgio nas últimas três décadas, os países que apresentaram um percentual significativo de saídas, bem como as nações que mais receberam esses indivíduos (2020). Assim, verificou-se que, entre meados da década de 1990 a 2010, houve uma estabilidade do fluxo de migrantes pelo mundo, variando de trinta a quarenta milhões de seres humanos, a despeito de conflitos que impactaram a humanidade, como a Guerra nos Balcãs e o massacre em Ruanda. Tal panorama se modificou nos últimos dez anos, por uma série de fatores, como a fome, a pobreza, as mudanças climáticas e os desastres naturais, as perseguições políticas e as guerras, que, uma vez combinados, estão no cerne das decisões da partida desses territórios no tempo presente.

Ainda de acordo com as informações apresentadas pelo Global Trends, aproximadamente cem milhões de pessoas foram impulsionadas a deixarem suas moradias, em busca de refúgio dentro e fora de seus países, entre os anos de 2010 e 2019. Representam, portanto, casos não isolados de deslocamentos forçados e de apátridas, temas que prefiguram o debate internacional nessa última década. Dessa maneira, destacaram-se, nesse processo, nações como a Síria, a Venezuela, o Afeganistão, o Sudão do Sul e Mianmar, as quais representam 68% dos indivíduos em situação de deslocamento pelo mundo.

No tocante aos países receptores, constatou-se que Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha estão entre os principais destinos escolhidos

por esses refugiados. Trata-se de países contíguos aos locais de partida, muitas vezes assolados por guerras civis, conforme apontado pelo comissário da ONU para refugiados, Filippo Grandi (2020, p. 9). Uma exceção a essa regra, no entanto, é a Alemanha, que se diferencia dos demais membros da União Europeia, por apresentar legislação flexível no trato aos imigrantes, além de condições de inserção no mercado de trabalho (Grandi, 2020, p.9).

Frente a este quadro de intensificação dos deslocamentos humanos, outros países têm se inserido nessa dinâmica migratória, destacando-se por serem os locais que mais receberam pedidos de refúgio nos últimos anos. Assim, Estados Unidos, Peru, Alemanha, França, Espanha e Brasil compõem essa lista, o que indica que são considerados como alternativas importantes para se fixar. Trata-se de países que apresentam políticas de integração à população migrante e/ ou apresentam legislações flexíveis quanto ao recebimento dessas levas migratórias.

No caso do Brasil, a existência de redes hospitaleiras e de leis de reconhecimento dos migrantes têm inserido o país no ranking das nações mais solicitadas pelos refugiados. Neste particular, iniciativas coordenadas pela ACNUR no Brasil põem-se em diálogo com ordens religiosas, como os Scalabrinianos; órgãos e entidades, como a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), o Conectas Direitos Humanos, a Cáritas, entre outras, que promovem ações de acolhimento a essa população, incorporando-a na sociedade brasileira.

Entre os anos de 1997 e 2018, foram reconhecidas no Brasil 11.231 pessoas refugiadas, de acordo com o relatório “Refúgio em Números”, do CONARE (2018, p. 29), oriundas, em sua maioria, da Síria (40%), do Congo (14%), da Colômbia (4%), da Palestina (4%), do Paquistão (4%) e de Mali (2%). Em 2019, porém, uma outra realidade se apresentou, no que diz respeito às cifras de refugiados no país, alcançando 31.966 indivíduos, de acordo com a quinta edição desse mesmo documento, que foi publicada em dezembro de 2020 (p. 33). No tocante às origens dessa população, verificaram-se permanências, a exemplo da Síria (36%), da R.D. Congo (15%), da Colômbia e do Paquistão (3%), mas também houve mudanças, como a incorporação de Angola (9%) e Venezuela (3%) nessa lista.

Os Estados onde mais se receberam pedidos de refúgio, segundo publicação do CONARE (2018, p. 12), são: Roraima (50.770), Amazonas (10.500), São Paulo (9.977), Paraná (1.408), Santa Catarina (1.894), Rio Grande do Sul (1.223) e Rio de Janeiro (752). Diante deste panorama, cabe indagar o porquê desses locais serem os mais solicitados pelos refugiados. Conforme apontado mais adiante, esses lugares contam com uma complexa rede de acolhida aos imigrantes, que acabam por tornar essas áreas atrativas e, ao mesmo tempo, seguras para imigrar.

No caso do Rio de Janeiro, estado que ocupa o sétimo lugar no ranking dos mais procurados, observou-se a existência e a atuação de espaços voltados para a assistência aos imigrantes, como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a Pastoral do Migrante, presidida pelos scalabrinianos, ordem religiosa cujo carisma é atender aos “migrantes das mais variadas proveniências”.¹ Tais iniciativas são vinculadas à Igreja Católica e promovem serviços de assistência aos imigrantes, auxiliando-os na busca por moradia e emprego, inserindo-os na sociedade.

Entre esse universo de imigrantes que se fixaram no Rio de Janeiro, foi identificado um número significativo de africanos que, entre 2019 e 2022, nos concederam entrevistas. Deste conjunto, analisaremos três experiências de imigrantes - uma camaronesa, um moçambicano e uma congoleza - que se fixaram na capital do estado e nos municípios de Niterói e São Gonçalo.² Dessa forma, este trabalho pretende dar visibilidade às trajetórias de vida desses

¹ A Congregação dos Missionários de São Carlos, também conhecidos como Scalabrinianos, foi fundada na Itália, pelo Beato João Batista Scalabrini, em 1887. Ordem religiosa que tem como missão atender aos “migrantes das mais variadas proveniências”. Ver: www.scalabriniani.org

² O artigo se compõe de um recorte da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Centro de Memória Institucional da Ilha das Flores (CMIIIF) e pelo Laboratório de Estudos Migratórios, Exílio e Refúgio (LEMER), vinculados respectivamente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira. O projeto que está em andamento tem por objetivo produzir fontes documentais, a partir das narrativas de imigrantes e refugiados de países africanos para o Brasil, especificamente para o Estado do Rio de Janeiro. Esses relatos, que abordam a temática dos deslocamentos na contemporaneidade, constituem-se em importante iniciativa para a criação de um fundo documental que viabilize e estimule pesquisas futuras no campo das migrações contemporâneas. Em se tratando de uma pesquisa cuja temporalidade se inscreve presente, foi elaborado um roteiro de perguntas sobre o tema da imigração e do refúgio, sem, porém, deixar de lado a dimensão biográfica. Para este fim, foram elencadas, inicialmente, as seguintes questões: 1) Como era a sua vida onde você nasceu? 2) Por que você decidiu emigrar? 3) Por que você escolheu o Brasil, em especial o Rio de Janeiro? 4) Antes de vir ao Brasil, você se instalou em algum outro país? 5) Se sim, o que dificultou a sua permanência nesse país? 6) Você encontrou alguma rede de apoio no Brasil ou conhecia alguém que já havia emigrado para o Brasil? 7) Como é a sua vida no Brasil? 8) Considera melhor do que no país onde viveu? Como forma de preservar as identidades dos entrevistados, utilizou-se letras ao invés do nome dos depoentes para a pesquisa.

indivíduos, buscando compreender para além da dimensão humanizadora, os locais “ocultados e silenciados [no bojo] do processo de desarticulação e desenraizamento de modos culturais de viver, de trabalhar e de sociabilizar” (Khoury, 2010, p. 7). Nessa direção, pretende-se concentrar nas narrativas sobre os dilemas vivenciados pelos entrevistados em seus respectivos países, que estão no cerne da decisão para emigrar, a fim de compreender esse processo de uma escala microanalítica, para uma perspectiva macrosocial. Conforme indicado por Alessandro Portelli (2010, p. 150), tal operação consiste em “reconectar o ponto de vista nativo, local, vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça”.

Os três entrevistados narraram suas experiências pessoais, formadas por suas lembranças. Mas como essas lembranças se formam? Nem tudo o que é vivido é lembrado, ou melhor, é narrado. As vivências são múltiplas. Algumas experiências são lembradas, outras tantas esquecidas. É nesse jogo de lembrança e esquecimento que refletimos sobre o vivido e construímos um sentido. Esse processo nem sempre é controlado de forma consciente (Le Goff, 1990; Polack, 1992; Catroga, 2001). Elementos esquecidos podem emergir em função de alguma questão do presente. A essa operação, contínua e inevitável, de alternância entre lembranças e esquecimentos, chamamos de memória. Acompanhar as narrativas desses personagens é um exercício instigante para compreendermos como as experiências traumáticas da guerra civil e das crises econômicas foram concatenadas para explicar o ato da migração, as escolhas do destino e o olhar sobre o lugar em que se fixaram.

O continente africano está “em vias de se desfazer num modelo nômade, transitório, errante e de asilo”, como assinalou Achille Mbembe (2019, p. 24). Essa visão aponta para um fenômeno que tem se intensificado na África, que são os deslocamentos de um país para o outro, formando “nós”, “entroncamentos”, “espaços de passagem” que direcionam os indivíduos para determinados locais, formando, assim, uma “cultura de trilhas”. Para além desses fluxos internos, devem-se considerar os movimentos que ultrapassam os limites do território africano, privilegiando, como destino, a Europa e a América, com destaque para os Estados Unidos e o Canadá.

A permanência de questões que remontam à dominação europeia do século XIX, durante o imperialismo, tais como a necessidade de projetos para

o futuro das nações africanas, impõem a urgência de um diálogo com ideais políticos democráticos, que alcancem a solução para as disputas de poder, a corrupção, a violação dos direitos humanos e as guerras civis, a exploração de recursos e as pilhagens. Frente a esse panorama, a África tem se tornado um “lugar de passagem ou de trânsito”, já que os filhos dessa terra “estão dispostos a afastarem-se de seu lugar natal, com esperança de reinventarem-se e reenraizarem-se em outro lugar”, conforme ressaltou Achille Mbembe (2019, p. 25).

O Brasil, por sua vez, se insere nessa dinâmica, não como uma nação desejada por imigrantes e demais indivíduos em situação de refúgio, mas como um local possível, devido às políticas migratórias pouco restritivas, que facilitam a entrada de estrangeiros no país. O Rio de Janeiro, em especial, torna-se destino, por possuir importantes redes de acolhimento de migrantes, como a Cáritas arquidiocesana, que tem realizado iniciativas que visam à integração social desses indivíduos, oferecendo-lhes cursos de língua portuguesa, cestas básicas e formação em instituições parceiras, a exemplo do SENAI e SENAC.

De Moçambique ao Brasil

P. nasceu em Chibuto, no sul de Moçambique, em um contexto rural. Sua mãe era camponesa e seu pai trabalhava na África do Sul. Desde pequeno, ele e seus irmãos trabalhavam com pastagem e com o cultivo de alimentos, auxiliando no sustento de sua família. Conciliou suas atividades agrícolas com a vida escolar, reconhecendo que os estudos lhe possibilitaram “enxergar a vida de uma outra forma”. Durante a sua adolescência, decidiu investir em sua formação religiosa, ingressando para o Seminário Menor, onde concluiu o ensino secundário, e, em seguida, para o Seminário Santa Teresinha do Menino Jesus, na cidade de Matola. Como religioso, entre os anos de 2007 e 2011, teve experiências com missões no Brasil, em Rio Branco, no Acre, e na Itália, em Roma. Ao desligar-se da ordem religiosa em que esteve vinculado, regressou para Moçambique, onde retomou seus estudos em filosofia. Completando a sua formação, ingressou para os órgãos de administração eleitoral, atuando como técnico no setor de formação e educação cívica, bem como planejador eleitoral.

No centro das decisões para emigrar de Moçambique para o Brasil está a busca por melhores condições, algo que, segundo P., nem seu bairro ou aldeia lhe proporcionariam. Embora considere que o país sul-americano não esteja isento de dificuldades, P. destacou que a sua permanência em terras brasileiras se deve ao fato de que estar “aqui no Brasil é encontrar aquilo que o meu país não me ofereceria”. De fato, esse tipo de resposta aparece com certa frequência nas narrativas de migrantes, funcionando como uma espécie de lugar comum. Por essa razão, foi necessário apurar mais informações a respeito daquilo que se convencionou apontar como “melhores condições”. Assim, o depoente revelou a sua preocupação com a falta de segurança em seu país, que coloca em risco os direitos fundamentais à vida.

A narrativa de P. revelou como a história da luta pela independência de Moçambique e seus desdobramentos estão relacionados com a sua biografia. “Eu nasci em um contexto da guerra civil”, destacou o entrevistado, “a guerra civil afetou-nos bastante, porque no local de origem até dividiu bastante o povo. Porque quando eu nasci nesse local, a guerra civil já se estendia para o Sul de Moçambique”. As origens de tamanha instabilidade política têm suas raízes, de acordo com P., no ano de 1964, na “luta de libertação nacional”. Conforme assinalado pela antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses, a história contemporânea de Moçambique “está marcada por várias estratégias de invocação de memórias, que constituem a referência a partir da qual o presente é vivido e o passado confrontado” (2020). Nessa direção, a entrevista de P. vai ao encontro daquilo que Meneses considerou como a decodificação de experiências pretéritas, isto é, novas possibilidades de explorar a consciência histórica e as subjetividades do país africano na contemporaneidade.

Ao produzir um discurso a respeito da história de Moçambique, P. destacou que, em um país dominado pelo colonialismo português, os primeiros movimentos em favor da libertação moçambicana surgiram na década de 1950, constituindo-se, portanto, em “uma única frente em 62”. Anos depois, em “64, resolutamente essa frente de libertação de Moçambique inicia, no dia 25 de setembro, a luta de libertação nacional, que é uma luta que durou cerca... cerca não, durou 10 anos”. Em seguida, como destacou P., foram travados os acordos de Lusaka, que, ao fim e ao cabo, vão reconhecer a independência do país africano, em 25 de junho 1975. Ainda, segundo ele, a

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) lutava também por outros ideais, para além do projeto de liberdade, como a “questão de partilha de oportunidade; a questão da instalação de uma espécie de um sistema de um regime com a participação de todos; a questão do fim da corrupção e a questão da educação”. Tais propósitos, que não foram persistidos pela frente, causaram dissuasão entre os membros do partido, especialmente entre aqueles cujos sonhos se frustraram.

As considerações de P. apontam para um processo turbulento, repleto de fissuras. Diferenciando-se, portanto, das narrativas oficiais que reverberam a luta independentista, segundo as quais negligenciaram memórias em detrimento de um discurso historiográfico assentado em um passado comum de Moçambique. Esse projeto de uma história única foi um dos pilares persistidos pela frente, que amalgamou elementos distintos da sociedade, desconsiderando as diversas vozes que deram o tom desse momento, a saber: grupos políticos distintos, instituições, segmentos religiosos e demais elementos da população civil (Meneses, 2020). Essa explicação vem sendo refutada no tempo presente, a partir de iniciativas que pretendem revelar as diversas histórias dentro da libertação do jugo colonial nesse país (Meneses, 2020).

Dessa maneira, por meio da narrativa de P., compreende-se a complexidade que envolve a história contemporânea de Moçambique, sobretudo no que diz respeito aos desdobramentos da luta nacionalista pela independência. Nas palavras do entrevistado, “uma guerra civil em 1977, que começa no centro de Moçambique e foi gradativamente se estendendo em toda a extensão do território nacional”, reivindicando a participação de toda a comunidade nacional e de outros partidos, a exemplo de RENAMO, que deixava de ser um grupo de guerrilha para se tornar uma facção política. De acordo com as suas memórias, a respeito desse contexto, P. destacou que, “com poucos anos tivemos que nos refugiar em uma zona distante da minha, porque o local lá onde a família se refugiou era o local até onde nasceu o primeiro presidente de Moçambique Independente, Samora Machel”. Por isso, “nesse lugar havia uma segurança enorme e os guerrilheiros não tinham condições de chegar, embora tivessem tentado várias vezes chegar nesse local”.

Após anos de confrontos, essas petições foram atendidas, “no processo dos acordos de paz celebrados em Roma”, e que foram incorporados à carta constitucional do país, consolidando, na visão de P., “um multipartidarismo em 1990, integrando todos esses interesses dos que participaram nessa guerra civil, conduzida pelo Afonso Dhlakama”. O depoente reconhece que, “embora essas reivindicações tenham se mantido, existiram esses conflitos esporádicos que criavam sobretudo essa instabilidade com particular enfoque em algumas zonas do centro, criando boicotes”, para a concretização de algumas exigências “postas à mesa durante os acordos de negociação e que não foram cumpridos cabalmente”.

Na atualidade, o país “vive um momento muito conturbado no extremo Norte de Moçambique”, ressaltou o entrevistado. Essa região, como descreveu P., tem sido alvo de ataques terroristas, que têm agido com violência, “assassinando os inocentes”, razão pela qual não pode “ficar feliz, porque ainda não chegaram no Sul”. O depoente enxerga essas ações com preocupação, tendo em vista que, “do mesmo jeito como começou a guerra civil”, iniciada no centro de seu país, esses atentados podem, com o passar do tempo, se alastrar por toda a extensão territorial.

É essa insegurança que o faz reconhecer que “não se vislumbra o fim desse terrorismo em Moçambique. Não existem ou não se veem soluções que possam pôr fim a essas atuações desses terroristas no Norte de Moçambique”.

Ao esboçar um panorama histórico sobre seu país, indicando que a instabilidade política e a insegurança social acompanham a sua trajetória, P. se valeu de estratégias discursivas para reforçar o seu desejo de deixar seu país para poder “preparar o meu futuro muito distante dessas vivências que eu já tinha passado”. Para o entrevistado, estar no Brasil lhe possibilita “levar uma vida em um contexto de segurança, em um contexto de tranquilidade, em um contexto de harmonia”. São essas condições que o depoente revela não encontrar em Moçambique, destacando que, se ele fosse retornar, “voltaria assim com uma total insegurança e com uma total preocupação em volta das ameaças à vida, a vida como um dos direitos fundamentais”, e, mais ainda, “podemos pensar em todos os demais direitos, temos que pensar inicialmente na questão do direito à vida”.

No tocante à decisão de viver no Brasil, em especial na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, P. apontou para o fato de que, quando foi

religioso, teve a oportunidade de viver como missionário no país sul-americano, onde conviveu com outras ordens religiosas. Ao decidir viver como “leigo” e atuar como docente no ensino superior em Moçambique, avaliou as possibilidades de aprimorar seus conhecimentos, buscando completar sua formação intelectual.

Como, em seu país, os cursos de pós-graduação são pagos e “extremamente caros para a situação de Moçambique”, ponderou que, no Brasil, haveria mais chances de realizar seus estudos. P. avaliou que, “desde uns tempos”, o país onde vive atualmente “tem sido bastante generoso, tem contribuído bastante para a formação de moçambicanos para os níveis do mestrado e do doutorado especialmente”. Relembrou, ainda, a existência de convênios e demais programas de estudos, a exemplo do PEC-PG, do Programa e Estudo do Convênio para Pós-Graduação, que tem viabilizado a formação de núcleos espalhados pelo território brasileiro, de estudantes moçambicanos que estão sendo recebidos em “diversas universidades, para a formação em várias áreas, para diversos cursos tem acolhido...”. Foi dessa forma que o depoente tomou contato com essa rede migratória formada por pesquisadores e discentes oriundos de países do continente africano.

Em se tratando de Rio de Janeiro, P. considerou que há “um número considerável de estudantes moçambicanos, fazendo desde a graduação até o pós-doutorado e que tem contribuído... o Brasil tem contribuído bastante nesse sentido para a formação acadêmica” de seus concidadãos, em especial com aqueles que desejam retornar para a África, visando a contribuir para os diversos campos do saber nesse continente, especialmente em Moçambique.

A respeito dos trâmites para a imigração para o território brasileiro, P. descreveu da seguinte forma: “tentei a oportunidade de vir ao Brasil, sobretudo, para o Rio de Janeiro porque quando eu era estudante na Itália, conheci um amigo moçambicano que fazia o seu doutorado em educação”, na Universidade Salgado de Oliveira. Este mesmo concidadão lhe informou sobre a abertura de um edital, que havia sido publicado na Universidade Federal Fluminense. A notícia, conforme demonstrado pelo depoente, o encheu de expectativas positivas, de modo que ele prontamente decidiu participar da seleção e foi aprovado para o mestrado, ingressando na instituição em 2019.

Ao relatar sobre o seu processo de incorporação à sociedade brasileira, P. expôs que, “apesar de toda a dificuldade que o estrangeiro enfrenta em um país que não é seu, a experiência é positiva. Conheci gente boa, acolhedora”. Quando enumerou os desafios que enfrentou no Brasil, o entrevistado reconheceu que, entre os anos de 2019 e, sobretudo no de 2020, estava sem recursos para se manter, especialmente por vivenciar o contexto da pandemia de COVID-19. “Em algum momento tive necessidade de ir à Cáritas e fui bem atendido”, revelou o depoente, que recebeu apoio financeiro de R\$ 400,00 para suas despesas. Ainda que, na atualidade não esteja mais recebendo essa ajuda financeira, P. tem mantido contato com a instituição sobre eventos envolvendo imigrantes e refugiados, além de cursos de formação e de línguas estrangeiras. Por essa razão, afirmou que a “Cáritas tem oferecido essas oportunidades”.

Para além de ter recebido o auxílio do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio do Brasil (Pares/Cáritas), P. mencionou que, logo em 2019, ano em que decidiu vir para Niterói, constituiu algumas amizades, o que o levou a reconhecer que “o brasileiro é generoso”; tal consideração se deve ao fato de que esses amigos brasileiros lhe prestaram todo o apoio necessário, sem o qual não se manteria na cidade. “Tenho amigos cariocas bastante amáveis e acolhedores e acolhedoras e que mantenho relações bastante positivas”, disse ele. Assinalou que: “embora a família esteja bastante distante daqui, considero essas pessoas como amigas que suprem a ausência da família e é gente boa, é gente amável, é gente acolhedora. É gente que me integra também nas suas próprias famílias”.

No que diz respeito à vida no Brasil, P. destacou que o país o tem oferecido grandes oportunidades para a sua formação acadêmica, visto que, após concluir o seu mestrado, ingressou imediatamente no doutorado, sendo contemplado com bolsa de estudos. Em seu cotidiano, o pesquisador africano passa horas de seu dia em bibliotecas, se aprimorando com leituras no campo da filosofia, da política e da história. Por isso, mantém-se esperançoso em viver definitivamente em terras brasileiras. Ao ser questionado se a vida no Brasil era melhor do que em Moçambique, ele indicou que, no seu entendimento, fazer uma experiência fora do seu contexto e que possibilita também um crescimento e o crescimento se enquadra dentro desses eixos aí da busca de melhorias, sobretudo de oportunidades que o seu contexto não oferece”.

Por essa razão, ele considera que, “embora o Brasil tenha também suas dificuldades, o Brasil pode me oferecer condições melhores que o meu país me ofereceria. Motivo pelo qual a ideia da fixação... a minha fixação aqui no Brasil é encontrar aquilo que o meu país não me ofereceria”.

De Camarões para o Brasil

N. nasceu na República de Camarões, em 1963, em um contexto pós-independência. Em uma família numerosa. Ainda muito jovem, contraiu matrimônio em sua terra natal, migrando logo em seguida com seu esposo para o Togo, onde formou sua família. Embora a vida que levasse nesse país não tenha sido fácil, sua situação se agravou com o adoecimento de seu esposo, que foi acometido por um Acidente Vascular Cerebral (AVC), doença que o deixou em estado vegetativo. Com isso, a camaronesa teve de assumir uma nova postura perante a vida, provendo todas as necessidades de seus três filhos, além dos altos custos com o tratamento de seu cônjuge. Em 2013, recebeu proposta para trabalhar em casa de família no Rio de Janeiro, durante o período de um mês. Ao analisar as condições de vida no Brasil, decidiu se fixar definitivamente nessa cidade, buscando o apoio da Igreja Católica, por meio da Cáritas e da Paróquia de Santo Antônio, em Brás de Pina, subúrbio do Rio de Janeiro. O apoio dessas instâncias foi essencial para a sua incorporação à sociedade brasileira, de modo que N. conseguiu criar estratégias de sobrevivência, mas, sobretudo, atrair seus familiares: irmãos, sobrinhos e filhas, para viverem em um novo continente.

Ao fazer um balanço sobre a sua trajetória, N. apontou que a vida no lugar onde nasceu “não é muito fácil, não. A vida é difícil. É difícil de viver”. Embora tenha vivido a maior parte de sua vida no Togo, país para o qual imigrou após se casar, a depoente destacou que sua experiência “foi mais difícil do que Camarões”. Certamente, a vivência em dois países da África, fez com N., em alguns momentos da entrevista, buscasse generalizar as suas memórias em Camarões e no Togo a todo o território africano, sendo associado à fome, aos altos custos de vida e à falta de oportunidades. Por essa razão, a depoente declarou que esses desafios a impulsionaram a “procurar outra vida em outro lugar”.

Para N., a “coisa foi difícilíssima”, quando se referiu às realidades por ela enfrentadas no Togo. “Emprego... perdi o meu emprego, não está trabalhando, tem três crianças”, disse a depoente, ao elencar as razões que a motivaram a deixar o continente africano. Completando a sua linha de raciocínio, a entrevistada asseverou que: “se você tem um marido que está doente, que não está trabalhando” e que é “mulher que dá [tem] despesa”, que mantém família e filhos, “tem que dar escola e comida, casa, tudo. Marido, medicamento, hospital diário, foi muito difícil”. Causas que, de acordo com N., a motivaram a aceitar uma proposta de trabalho no Brasil, deixando o Togo, em busca de uma nova vida. Pode-se compreender, portanto, que ela decidiu emigrar, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Mesmo sem conhecer o Brasil, sem nem mesmo ter ouvido falar do país, N. emigrou sozinha, para cumprir um contrato temporário em casa de família, por trinta dias. Com o andamento de suas atividades laborais, a depoente procurou estratégias para se fixar na cidade, procurando, inicialmente, as religiosas do Colégio Ressurreição, que a encaminharam para a Cáritas, onde foi orientanda, quanto à documentação e demais trâmites legais referentes a refugiados. Ainda que N. não estivesse em situação de refúgio, ela foi amparada pela instituição. Mesmo tendo recebido auxílio, buscou formas de se manter no Rio de Janeiro, atuando em serviços de limpeza, por exemplo.

A chegada de seu irmão ao Brasil fortaleceu ainda mais o vínculo de N. com a Cáritas, visto que ele se dirigiu ao abrigo masculino da entidade, localizado na paróquia de Santo Antônio, no Bairro de Brás de Pina, na zona norte do Rio de Janeiro.³ Como exposto pela entrevistada: “Quando meu irmão chegou procurou casa, procurou casa aqui no Brás de Pina, ficamos lá juntos e Caritas me ajuda com um pouquinho de dinheiro todo mês, me ajuda a comer, faz um pouquinho de trabalho também para pagar a nossa casa”. A presença da Cáritas no bairro, viabilizou a fixação de imigrantes e refugiados de países africanos, a exemplo dos congolese, que formaram um importante núcleo nesse local, e de países do sudeste asiático, como o Paquistão. Para além dessa motivação, cumpre destacar que o lugar é favorecido por meios de transporte que possibilitam o deslocamento para outros pontos da cidade, como ônibus e trem, bem como o baixo custo das moradias.

³ O abrigo localizado nos fundos da Paróquia de Santo Antônio, em Brás de Pina, atendeu imigrantes e indivíduos solicitantes de refúgio, do sexo masculino, até o ano de 2013.

Nesse sentido, é possível avaliar a relevância das redes de apoio existentes no Rio de Janeiro e a eficácia dos serviços oferecidos pela Paróquia de Santo Antônio e pela Cáritas, de acordo com a narrativa de N. De fato, a ação desenvolvida pela Igreja Católica, seja no âmbito paroquial, seja no âmbito institucional, favoreceu a permanência de N. e de seu irmão na cidade.

As iniciativas voltadas para o desenvolvimento de atividades remuneradas entre os imigrantes e refugiados, com o estímulo à participação de feiras de artesanato e culinária, como a Feira Chega Junto, constituíram-se em oportunidades para que esses indivíduos tirassem o seu sustento. No caso de N., esses eventos foram essenciais para sua subsistência no Brasil, mas também para que pudesse arrecadar dinheiro para o tratamento de seu marido e para as necessidades de seu filho no Canadá e de suas filhas no Togo; além de retornar à “África três vezes”, em um “intervalo de dois anos”.

Os eventos que aconteciam com frequência, tiveram de ser interrompidos em 2020, com a pandemia de COVID-19. Tal medida abalou o orçamento de N., que buscou oportunidades em Cabo Frio, vindo a ocupar vaga de cozinheira em restaurante nesse município. A essa altura, suas duas filhas já se encontravam no Brasil e, por isso, não podia ficar sem o sustento familiar. Esta foi, sem dúvida, uma das maiores dificuldades enfrentadas pela entrevistada no país.

Com o andamento da entrevista, foi possível atentar para uma outra realidade da República de Camarões, que foi apresentada por N., que é a violência, “uma grande violência”, que, segundo ela, “não acaba, não, porque tem parte anglófonos, que está reclamando, pessoas não tem democracia. Eles estão lá tudo vivendo e não está feliz. Muita gente está sofrendo”. Ela propõe um breve recuo, assinalando que: “Em 1960, foi a independência de Camarões. A unificação em 1972. Foi a unificação, parte anglófono e parte francófono”.⁴ Por meio das palavras de N., constatou-se que, embora formalizada a libertação de Camarões em 1960, esse processo deixou marcas profundas na história do país africano. De acordo com Achille Mbembe (2019, p. 44), tal emancipação significou a “independência sem liberdade, a liberdade incessantemente adiada, a autonomia na tirania”, em síntese, “o verdadeiro legado que foi a farsa da colonização”. Para além desses impasses,

⁴ Optou-se, neste texto, por manter a forma narrada dos depoentes, a fim de representar a variedade falada por eles.

a questão territorial, conforme apontada pela depoente, tem provocado conflitos sociais e políticos entre os anglófonos, que representam cerca de 20% dos camaroneses, e francófonos, que representam a maioria, na atualidade. O território anglófono, mencionou N., “é uma parte de Nigéria que foi dividida”. Ela se lembra da unificação de Camarões, em 1972, delimitando a parte anglófona e a francófona.

A entrevistada, ainda, alegou que, em meio aos conflitos que sucedem em seu país natal, isto é, em Camarões, no tempo presente, indivíduos têm buscado na emigração a solução para os problemas que têm assolado a população camaronesa. Ela assim argumenta: “Então o menino que morei, ele mandou mensagem para mim... você vai ver o menino que saiu de Camarões, fica no São Paulo, saiu de lá com um grupo de africanos que saiu, foi atravessar a pé”. Dessa forma, pode-se constatar a existência de redes migratórias, que são alimentadas, por meio da troca de mensagens, que veiculam informações a respeito da partida do continente africano, dos fluxos de indivíduos para o continente americano e das oportunidades oferecidas pelo Brasil, em especial na cidade de São Paulo, local onde se concentra um número expressivo de pessoas oriundas da África.

No que pese ao Brasil, N. confirmou que vive melhor nesse país do que nos lugares onde nasceu e viveu a maior parte de sua vida. Ela avaliou que “qualquer coisa no Brasil é melhor que lá, Brasil é melhor que a África, é melhor que Camarões, é melhor que Togo”. Na sua opinião, “a facilidade de comer”, torna o país mais acolhedor do que quaisquer nações do continente africano, visto que aqui “a gente não dorme com fome”. A entrevistada cita, como exemplo, os restaurantes populares que foram um programa de segurança alimentar, implementado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, que se destinou a oferecer refeições a preços acessíveis para a população mais necessitada, o que a levou a concluir que “gente não dorme com fome” no território brasileiro.

A sua visão de que a “África é difícil” a leva crer que, “se você sofre, você vai sofrer, vai sofrer muito”. Razão que motivou a luta pela sua permanência no Brasil. Após a morte de seu cônjuge, N. encontrou um novo sentido para a vida. Empenhou-se em conquistar um visto permanente no país, algo que conseguiu e que a faz sentir orgulho de sua trajetória e escolha por viver em solo brasileiro.

Do Congo ao Brasil

LA nasceu no Zaire, em 5 de outubro de 1973. O país fora colônia belga até 1960, passando a se denominar República Democrática do Congo. Após a independência o país vivenciou intensa guerra civil, gerando grande instabilidade política expressa por constantes quedas de ministérios, golpes de estado e assassinatos de governantes. Em 1965, ocorreu novo golpe de estado. O general Mobuto destituiu o presidente Joseph Kasavubu, mudou o nome do país para Zaire, e instaurou uma ditadura que durou 32 anos (Silva, 2012). Apesar dos conflitos que assolaram o seu país, a depoente considera que teve “uma vida normal”, em Kinshasa, capital do Zaire. Casou-se e teve 10 filhos. Trabalhava como comerciante em sua barraca na feira da cidade, onde vendia artigos de enxoval para bebês, enquanto seu marido atuava como professor universitário. “No momento em que conseguia fazer isso, tudo era tranquilo, porque a guerra era antiga e afetava mais o interior do país, nas províncias. Mais tarde veio atingir até a capital”. A guerra chegou à Kinshasa, quando Joseph Kabila – governante que assumiu o poder em 2001, com a promessa de realização de transição democrática –, começou a dar sinais de que não estava disposto a deixar a presidência. Só então LA deixou a República Democrática do Congo, em meio aos crescentes protestos e da repressão violenta do governo. De acordo com LA, em 2015, “cada momento era uma surpresa. Você poderia sair de casa, ir à feira, fazer negócio como de hábito e, de repente, aquilo vinha e você tinha que abandonar, fugir”. Além do constante estado de violência e do medo, houve outros problemas resultantes dos confrontos armados, como a falência dos serviços públicos. LA relata que, diante da insegurança, as casas da rua onde morava começaram a ficar cada dia mais vazias. As escolas e os hospitais já não abriam com regularidade devido à falta de profissionais. Foi nesse momento que o casal decidiu emigrar organizando seus documentos pessoais – em especial as certidões de nascimento do casal e das crianças –, e converteram as economias em dólares. Seus planos, no entanto, foram impactados com o desenrolar dos conflitos. “Foi ruim de aguentar porque havia mês em que se passava bem, e mês de passar tudo complicado. Foi crescendo cada vez mais, a guerra. Víamos pessoas morrendo, saindo do país. Nós fomos nos preparando um pouco devagar, para decidir o que podíamos fazer para sair do país. Tomamos essa

decisão, mas não em relação ao momento. Estávamos preparando devagar para sair toda a família junta, mas, infelizmente, não aconteceu assim. [...] aquilo veio. Começou o tiroteio e o bombardeamento. O invasor vem e ataca mesmo”.

O último dia da família no país foi descrito como “tudo complicado”. O marido tinha ido trabalhar. Os três filhos mais velhos também não estavam em casa. Ela estava em casa, acompanhada por seus 6 filhos mais novos. No ventre, carregava sua décima filha, em uma gestação que acabava de completar o sétimo mês. Ela só teve tempo de apanhar as certidões, o dinheiro, e de colocar alguns poucos pertences em uma mochila e sair de casa. Acompanhada do irmão, LA integrou-se a um grupo que seguia para o porto. Em um pequeno barco, a família atravessou o Rio Congo chegando no Congo-Brazzaville. Na capital do país vizinho, a República do Congo, conseguiram abrigo na casa do pastor de uma igreja evangélica. O pastor estava a par da situação, pois prestava auxílio aos refugiados. Segundo LA, “ele já sabia o que se passava do outro lado”. Ao se referir à República do Congo, LA relata que “nosso país tem problema e lá, no outro país, encontramos também problemas deles, diferentes dos nossos, mas também complicados. Na África é muito complicado”. Sua família permaneceu na casa do pastor por onze dias, até que ele os colocou em contato com uma pessoa que facilitava a aquisição de passagens de avião, o Gang. Ela o define como “uma pessoa que faz um tipo de negócio”. Eles ficam ao redor do aeroporto vendendo passagens de voos que estão prestes a decolar e que não atingiram a lotação. Com a certidão em mãos, o Gang consegue agilizar a emissão do laissez-passer, documento que substitui o passaporte em casos de emergência. “Você não tem como ter passaporte, ter bilhete de passagem, mas com o valor que ele [o Gang] te pedir, consegue embarcar, mas tinha que ter a certidão de nascimento, porque identifica quem é. Não tem problema com ninguém. Com aquela certidão te passam um papel que se chama laissez-passer. Ele carimba aquilo na cédula de nascimento, paga o valor cobrado e facilita viajar. [...] Nesse caso de ser refugiado, não precisa ter passaporte, nem o bilhete de passagem. [...] Ele [o Gang] é o tipo de pessoa que coopera para arrumar clientes. Para o voo não ficar muito vazio. Eles não ficam dentro do aeroporto não. Ele fica assim ao redor, ali fora. Quando vê gente vindo, ele já vem e oferece o serviço:

“Senhora, o que se passa? Querem viajar? Querem ir para onde? Como? Tem um voo que vai para o lugar x”.

Naquele momento, o Gang conseguiu enviar a família para o Brasil, com uma escala em Marrocos. A família desembarcou em São Paulo, no dia 20 de fevereiro de 2016. Ela não tinha nenhuma informação sobre a cidade e não compreendiam quase nada do idioma. O pouco do português que LA sabia tinha aprendido em Angola, onde participava de uma feira realizada às sextas-feiras. Em um país desconhecido, sem saber para onde ir e com dificuldades para se comunicar, saíram do aeroporto sem saber o que fazer. Foram abordados por uma mulher chamada Maria, que auxiliou a família. “Ficamos ali fora com as crianças. Elas perguntaram: “Mama, agora vamos onde? Mama, e agora?” “Agora o quê? Estamos aqui, vamos ficar aqui!”. Aí apareceu uma senhora, eu não me lembro de onde, só Deus mesmo que sabe. Quando a pessoa está perdida sempre aparece alguém que ajuda. Ainda me pergunto se a senhora que foi-nos atender era trabalhadora do aeroporto ou se estava indo para a casa. Eu não tinha como perguntar. Ela foi a única pessoa que veio falar com a gente. Perguntou se estávamos lá há bastante tempo, para onde iríamos, de onde viemos. Eu tentava explicar, mas não sabia como. Foi difícil, mas ela foi entendendo. Ela entendeu a minha preocupação. A senhora perguntava: “Agora vão para onde?”. “Não sei. Não conheço ninguém. Não conheço esse país. A minha necessidade aqui é me refugiar onde tem paz, onde tem sossego. Nesse momento não sei onde ir”.

Essa senhora apresentou a Cáritas para LA. No Congo, LA ouvia falar dos centros de acolhimento para refugiados, existentes na Europa, mas não tinha informações sobre a Cáritas. A instituição estava lotada de haitianos, angolanos, congolezes e outras pessoas da África, de acordo com a entrevistada. Lá, fizeram apenas o registro e entregaram uma declaração, encaminhando-os para a Cáritas do Rio de Janeiro. A viagem de ônibus foi paga com o dinheiro que a senhora do aeroporto havia dado a LA para ajudá-la. Ao motorista do ônibus foi solicitado que encaminhasse a família para o endereço da Cáritas. Aí foram feitos um novo registro e uma nova declaração para serem apresentados à Polícia Federal para emissão do protocolo de refúgio. Esse protocolo identifica o solicitante de refúgio e comprova que está em situação migratória regular no Brasil, podendo exercer seus direitos de acesso à educação e ao sistema de saúde pública. Além disso, garante a

emissão da carteira de trabalho e a possibilidade de conseguir um trabalho formal no território brasileiro.

No Rio, a instituição não dispõe de alojamentos para atender aos refugiados. Disponibiliza-se uma quantia em dinheiro para ajudar no estabelecimento daqueles que acabaram de chegar ao país. No entanto, o valor disponibilizado não os permitia ficar na cidade do Rio de Janeiro, onde os aluguéis são altos. Outros refugiados congolese que estavam na Cáritas, fazendo curso de português, lhe deram essa informação. Entre esses congolese estava C., moradora do Jardim Catarina, em São Gonçalo. Ao se referir a ela, LA descreve o diálogo que teve com ela. “Nessa área aqui você não vai poder conseguir alugar uma casa. Aqui é cidade, é tudo difícil, mais caro. Nós moramos lá no Catarina, é outro município. Se tens paciência, aguarda, quando acabar o que eu vim tratar, vamos juntas. Vão ficar na minha casa um, dois, três dias, independentemente, enquanto vamos procurar casa para você alugar”. Partilhar a mesma nacionalidade, a mesma língua, além da experiência do deslocamento forçado e de reconstrução de identidade, possibilitou o estabelecimento de laços de solidariedade entre LA e C. Nesse sentido, o município de São Gonçalo configurou-se como um possível espaço de recomeço para LA e sua família, pois a cidade já não era um local totalmente estranho. Os vínculos de conterraneidade estabelecidos com C. ligaram LA à cidade, antes mesmo da sua chegada à São Gonçalo.

A família ficou com C. até conseguir alugar a sua primeira casa no Brasil. A casa ficava na mesma rua da Igreja Evangélica da Renovação, congregação de que C. participava e que LA passou a integrar. A igreja também foi importante no processo de integração de LA e da sua família à sociedade gonçalense. Outro local fundamental para a sociabilidade étnica, assim como para a integração da família à comunidade local, foi a escola. Após a emissão dos CPFs das crianças, a Cáritas providenciou declarações, solicitando vagas para os dois filhos mais velhos em colégios do bairro. No colégio, aprenderam português, além das demais disciplinas escolares. Também apresentaram sua cultura nos eventos organizados pelas coordenações das escolas, onde estavam matriculadas outras crianças do Congo e da Angola.

Em abril de 2016, LA deu à luz a M., sua décima filha. A menina precisou esperar por quase dois anos para conhecer seu pai, pois, ao fugir da República

Democrática do Congo, LA perdeu contato com seu marido e seus outros filhos. Somente no Rio de Janeiro, a partir da Cáritas, obteve informações da sua família que ficou lá, do outro lado do Atlântico. A partir de uma agenda telefônica de LA, a Cáritas conseguiu contactar um dos seus cunhados, que ficou no Congo. Ele informou que o marido havia encontrado seus filhos mais velhos e que fugiram para Angola. “Começou o tiroteio e o bombardeamento. [...] O meu marido, preocupado, deixou o trabalho e foi correndo para casa. Não nos encontrou. [...] O pai só teve a possibilidade de encontrar as duas meninas e o menino que estava no colégio. O restante da família já não estava mais. Já estávamos no porto. [...] Ele não tinha informação nenhuma do resto da família, nem nós tínhamos o contato dele. Foi assim! Cada um se salva e você encontra depois. Não tínhamos notícia. Não sabíamos nem se estavam vivos. Estavam todos preocupados porque não sabíamos nada”.

Semelhante ao que ocorreu com LA, em Angola, o marido encontrou abrigo temporário em uma igreja evangélica. Foi lá que sua filha mais velha conheceu um angolano. Casaram-se e foram todos morar juntos, na mesma casa. Ele conseguiu um trabalho como cobrador da van de um dos membros da igreja. Juntou dinheiro e, em 2018, veio ao Brasil reencontrar sua família e, finalmente, conhecer sua filha mais nova. No entanto, não pôde permanecer no país. Primeiramente, porque deixou em Angola um casal de filhos que ainda dependia dele. Além disso, ele não conseguiu vir para o Brasil na condição de refugiado. Ele veio como turista, com um visto válido por três meses.

Ao ser questionada sobre o seu maior desejo, LA responde: “o meu desejo mesmo é de minha família vir para perto da gente. Junto com o meu marido, ficar aqui. [...] porque a paz que nós precisamos, encontramos aqui, mesmo com muita dificuldade”.

O depoimento de LA é um testemunho pessoal, mas se assemelha ao de tantos outros refugiados congolese que chegam ao Brasil. Ele nos revela a complexidade dos processos de deslocamento forçado, os trâmites jurídicos que envolvem a solicitação de refúgio e o processo de integração dos refugiados à sociedade receptora. A narrativa de LA também ilumina as relações sociais construídas após a sua chegada ao Brasil, sobretudo no município de São Gonçalo, que lhe permitia ter a paz tão almejada. “[Aqui] me senti aliviada e em paz porque, naquele momento, o que a gente estava

precisando era de paz. Você pode ter tudo do mundo, se não tem paz, não consegue fazer nada”.

Conclusão

Os três depoimentos apresentados poderiam ser somados a outros exemplos de pessoas provenientes de outras tantas nacionalidades africanas presentes no Rio de Janeiro: angolanos, cabo-verdianos, sul-africanos, senegaleses, sudaneses, entre outros. O que os une e o que os difere? A organização de um banco de depoimentos da experiência migrante de africanos na contemporaneidade nos permite pensar essas questões.

A análise das três entrevistas, realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, nos permite identificar elementos comuns, que nos possibilitariam traçar um perfil desse imigrante africano. Os três depoentes nasceram após o processo de independência política dos seus países frente aos colonizadores europeus. A guerra civil ou os conflitos que se seguiram às independências são elementos fundamentais para as escolhas pela partida. O processo de planejamento e definição do momento da saída e do local de destino também são indicados como estratégias definidas a partir do momento da tomada da decisão da emigração.

No entanto, é importante salientar que cada um desses elementos foi vivenciado e narrado de acordo com as experiências específicas promovidas por inúmeras variáveis. Os conflitos pós-independência ocorreram de formas diferentes. O relato da camaronesa demonstra que os conflitos vivenciados no país foram herdeiros do processo colonizador, que dividiu o território do país em áreas de influência da França e da Inglaterra, o que gerou grupos francófonos e anglófonos em disputa. Já os relatos do moçambicano e da congoleza destacam como a guerra civil era fomentada nas disputas entre o interior e as áreas centrais/capitais, onde residiam. Quando esses conflitos avançam sobre as capitais é que ocorrem as decisões pela saída.

Os próprios processos de planejamento da saída não podem ser homogeneizados. É necessário levar em consideração as questões de instrução, gênero, estrutura familiar. P., ainda na terra natal, investe em um processo de instrução formal – religiosa, inicialmente, e depois laica – que o leva a vir para o Brasil para realizar estudos de pós-graduação. As outras

depoentes já ocupam outros lugares sociais. São mães de famílias extensas e trabalhadoras sem qualificação profissional. LA aceita uma oferta para trabalhar como doméstica em uma casa de família.

O caso da família congoleza é aquele em que as imprevisibilidades se apresentam como motor da história. Todo o planejamento que vinha sendo executado foi atropelado pela contingência da guerra. A família se dividiu. Na iminência do bombardeio, o grupo dos filhos mais novos e a mãe partem sem destino certo, ficando à mercê dos acasos que os trazem ao Brasil. Isso os coloca em um lugar diferenciado em relação aos outros depoentes, são refugiados.

Conhecer essas trajetórias nos possibilita pensar o quão complexos são os processos migratórios, levando-nos a matizar as interpretações generalizantes que os uniformizam. Cada relato nos apresenta o lugar do indivíduo como agente histórico que, dentro de condições específicas, fazem escolhas, projetam, planejam seus passos. Mas nem sempre a racionalização das experiências pode ser o único motriz da explicação. O acaso, o imprevisível, o incontrolável também se faz presente, levando à tomada de decisões e escolhas que podem mudar o rumo anteriormente desenhado.

Todos constroem uma imagem do Brasil como a terra que os acolheu e promoveu condições melhores do que aquelas vivenciadas nos seus territórios de origem. A recepção – e o destaque dado à Cáritas, ao menos como ponto de apoio inicial – e o acolhimento/solidariedade da comunidade em que se inserem – com a doação de itens para montagem de casas, abrigo temporário ou fornecimento de alimentação, são diferenciais apontados pelos depoentes. Apesar de moradores de áreas periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro, consideram que as condições de vida e a oferta de serviços públicos lhes proporcionam condições melhores, em comparação com suas situações pré-migração. Nesse sentido, o Rio de Janeiro passou a ser considerado o lugar de reconstrução de suas vidas e a luta, no mais das vezes, passou a ser criar condições para que os outros membros da família pudessem juntar-se a eles no novo lar.

Bibliografia

ACNUR. **Global Trends 2020: Forced Displacement in 2019**. Jun. 2020. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2021.

ACNUR, **Refúgio em números**, 4ª edição, 2019. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros-versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>. Acesso: 24/06/2021

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, C. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**. Textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. de O. S. Espaços das migrações transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no século XXI. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 35-60.

CALEGARI, M. Migração de crise: refúgio e família no Brasil. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais População, Governança e Bem-Estar**, ABEP - "População, governança e bem-estar", São Paulo, vol. 19, 2014.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, F. **História, memória, historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

LE GOFF, J. Memória. *In*: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez., 2016.

MBEMBE, A. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.

MENESES, M. P. Moçambique: entre a narrativa histórica oficial e as memórias plurais. **Nômadas**, (53), 13-31. Epub 26 de junho de 2021. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n53a1>

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M. Memória e identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, V. 5, n. 10. 1992, 200-212.

PORTELLI, A. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 16-20.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N. (Orgs.). **Experiências da Imigração**. São Gonçalo nos séculos XX e XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

VIEIRA, D. R. **Do Congo para o Brasil**: as perspectivas de vida e trabalho de refugiados e solicitantes de refúgio congolezes no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.